



TERMO DE REFERÊNCIA – TR
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

Objeto: Futura e eventual aquisição parcelada de artefatos de concreto pré-moldados, mediante Sistema de Registro de Preços – SRP, para atendimento das demandas de infraestrutura urbana e rural do Município de Parnaíba – PI.

Órgão Demandante: Prefeitura Municipal de Parnaíba – PI

Modalidade Pretendida: Pregão Eletrônico

Critério de Julgamento: Menor Preço por Item

Sistema de Contratação: Sistema de Registro de Preços – SRP

Fundamentação Legal: Lei nº 14.133/2021, especialmente art. 18, §1º, e demais dispositivos aplicáveis.

Data: 14/04/2026.

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de artefatos de concreto pré-moldados, destinados à execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e rural, manutenção de vias públicas, drenagem pluvial, pavimentação, urbanização e demais demandas das Secretarias Municipais do Município de Parnaíba – PI, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, adotando-se o Sistema de Registro de Preços, nos termos dos arts. 6º, inciso XLI, 28, inciso I, 40, 82 a 86 e demais dispositivos aplicáveis da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Os fornecimentos ocorrerão de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Administração.

1.4. Os materiais deverão atender às normas técnicas da ABNT aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à fabricação, resistência, durabilidade e controle tecnológico de artefatos de concreto.

2. ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS, QUANTITATIVOS E PREÇOS ESTIMADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	CAIXA DE ESGOTO PRÉ-MOLDADA COM FUNDO 0,60 X 0,50 X 0,05	UNID.	100	64,00	6.400,00
02	MANILHA DE 0,80 X 1,0 M (BUEIRO)	UNID.	180	523,16	94.168,80
03	MANILHA DE 1,0 X 1,0 M (BUEIRO)	UNID.	180	639,84	115.171,20
04	MANILHA P/ POÇO CONCRETO 1,1 X 0,5M COM FUNDO	UNID.	80	378,53	30.282,40
05	MANILHA P/ POÇO CONCRETO 1,1 X 0,5M SEM FUNDO	UNID.	160	101,43	16.228,80
06	TAMPA P/ MANILHA EM CONCRETO 1,10M DE DIÂMETRO	UNID.	160	128,40	20.544,00
07	COBOGÔ 40CM X 40CM	UNID.	450	18,24	8.208,00
08	LAJE EM CONCRETO 1,20M X 1,00M X 5CM	UNID.	450	151,54	68.193,00
09	BLOQUETE SEXTAVADO 30CM X 30CM X 8CM M²	UNID.	500	53,50	26.750,00
10	BLOQUETE SEXTAVADO 30CM X 30CM X 10CM M²	UNID.	1.000	31,72	31.720,00
11	MEIO-FIO (0,80 X 0,30 X 0,10M)	UNID.	500	35,20	17.600,00
12	MEIO-FIO (0,80 X 0,30 X 0,15M)	UNID.	400	33,46	13.384,00
13	MANILHA 0,40 X 0,40 X 0,04	UNID.	180	79,50	14.310,00
14	POSTE DE CERCA CONCRETO 3M	UNID.	260	23,90	60.034,00



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ
CNPJ.: 06.554.265/0001-18
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000
PARNAGUÁ – PI

Fls. _____

Ass. _____

15	PAVER DE CONCRETO 20X10X6CM M ²	UNID.	400	59,79	23.916,00
16	PAVER DE CONCRETO 20X10X4CM M ²	UNID.	400	58,24	23.296,00
17	BANCO PARA PRAÇA EM CONCRETO 1,50M L X 1,00M H X 70CM	UNID.	30	388,68	11.660,40
VALOR TOTAL ESTIMADO.....R\$					528.046,60
(QUINHENTOS E VINTE E OITO MIL E QUARENTA E SEIS REAIS E SESENTA CENTAVOS)					

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação visa assegurar o fornecimento contínuo de artefatos de concreto pré-moldados indispensáveis à execução dos serviços de infraestrutura urbana e rural promovidos pela Administração Municipal.

3.2. A utilização do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de previsão exata da demanda durante a vigência da ata, permitindo aquisições parceladas conforme a necessidade administrativa, garantindo economicidade e eficiência.

3.3. O Município de Parnaíba – PI ainda não possui Plano de Contratações Anual – PCA formalmente instituído, razão pela qual a presente demanda encontra-se fundamentada no planejamento setorial da Administração e nas necessidades identificadas pelas Secretarias demandantes, em conformidade com os princípios do planejamento e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de artefatos de concreto pré-moldados, devidamente fabricados segundo normas técnicas vigentes, incluindo transporte e entrega nos locais indicados pelo Município.

4.2. A contratação permitirá a manutenção das atividades de infraestrutura, drenagem, pavimentação e urbanização desenvolvidas pela Administração Municipal.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso e fabricados conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

5.2. Os produtos deverão apresentar acabamento adequado, resistência compatível com a finalidade de uso e ausência de defeitos de fabricação.

5.3. A contratada será responsável pelo transporte, carga, descarga e entrega dos materiais.

5.4. Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso.

5.5. Não será admitida a subcontratação total do objeto.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O fornecimento será realizado de forma parcelada mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

6.2. O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

6.3. Os materiais deverão ser entregues em local indicado pelo Município de Parnaíba – PI.

6.4. O recebimento ocorrerá:

a) provisoriamente, no ato da entrega;

b) definitivamente, após verificação da conformidade dos produtos.



7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado.

7.2. Caberá ao fiscal:

- I – acompanhar a entrega dos materiais;
- II – verificar a conformidade dos produtos;
- III – registrar ocorrências;
- IV – solicitar correções quando necessárias.

7.3. O gestor do contrato adotará as providências necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado conforme os quantitativos efetivamente fornecidos e aceitos pela Administração.

8.2. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada.

8.3. Somente serão pagos os materiais efetivamente entregues e recebidos definitivamente.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A seleção será realizada mediante Pregão Eletrônico.

9.2. Critério de julgamento:

Menor preço por item.

9.3. Habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica conforme exigências do edital.

9.4. Qualificação técnica:

- a) Comprovação de aptidão mediante atestado(s) de capacidade técnica;
- b) Comprovação de atividade compatível com o objeto licitado.

10. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

HABILITAÇÃO JURÍDICA

A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

→ **Empresário Individual**

- Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

→ **Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (quando remanescente)**

- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial competente, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

→ **Sociedade Simples**

- Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

→ **Microempreendedor Individual – MEI**

- Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

→ **Empresa ou Sociedade Estrangeira**

- Decreto de autorização para funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ
CNPJ.: 06.554.265/0001-18
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000
PARNAGUÁ – PI

Fls. _____

Ass. _____

→ **Documentos Complementares**

- Documento oficial de identificação do representante legal;
- Instrumento de procuração, quando o participante atuar por representante ou procurador.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

A licitante deverá comprovar regularidade perante os órgãos fazendários, previdenciários e trabalhistas mediante apresentação de:

→ **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica**

- Comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ.

→ **Fazenda Federal**

- Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

→ **Fazenda Estadual**

- Certidão Negativa de Débitos Tributários Estaduais;
- Certidão Negativa de Dívida Ativa Estadual, ou documento equivalente.

→ **Fazenda Municipal**

- Certidão Negativa de Débitos Municipais da sede da licitante.

→ **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**

- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

→ **Justiça do Trabalho**

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

→ **Declarações**

Declaração de que:

- a) cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregando menores em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz;
- b) atende às exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, quando aplicável;
- c) inexistem fatos impeditivos para sua habilitação e participação no certame;
- d) possui pleno conhecimento e aceita integralmente as condições do edital e seus anexos.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A comprovação da qualificação econômico-financeira será realizada mediante apresentação dos seguintes documentos:

→ **Certidão Negativa de Falência**

- Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida há no máximo 90 (noventa) dias, quando não constar prazo de validade próprio.

→ **Balanco Patrimonial**

- Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

→ **Serão aceitos:**

- SPED Contábil (ECD);
- Livro Diário registrado;



- Balanço registrado na Junta Comercial;
- Documentação equivalente exigida para cada tipo societário.

→ **Índices Econômicos**

Poderá ser exigida a comprovação dos seguintes índices:

- Liquidez Geral (LG) $\geq 1,00$;
- Liquidez Corrente (LC) $\geq 1,00$;
- Solvência Geral (SG) $\geq 1,00$.

Quando os índices forem inferiores aos mínimos exigidos, a Administração poderá admitir comprovação de patrimônio líquido mínimo correspondente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento de artefatos de concreto pré-moldados destinados a obras e serviços de infraestrutura urbana, a licitante deverá apresentar:

→ **Atestado(s) de Capacidade Técnica**

Um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem o fornecimento satisfatório de materiais compatíveis com o objeto licitado.

Serão considerados compatíveis, dentre outros:

- Tubos de concreto;
- Manilhas de concreto;
- Meio-fio pré-moldado;
- Canaletas de concreto;
- Blocos de concreto;
- Artefatos pré-moldados para drenagem;
- Demais elementos de concreto pré-fabricados destinados à infraestrutura urbana.

→ **Comprovação de Aptidão Operacional**

Os atestados deverão demonstrar que a empresa possui experiência no fornecimento de materiais de características, quantidades e complexidade compatíveis com o objeto da contratação.

→ **Declaração de Capacidade de Fornecimento**

Declaração formal de que dispõe de condições operacionais, logísticas e de transporte adequadas para atender às entregas parceladas previstas no Termo de Referência.

→ **Documentação Técnica do Produto**

Quando solicitado pela Administração:

- Catálogos;
- Fichas técnicas;
- Memorial descritivo;
- Laudos ou ensaios de conformidade.

→ **Conformidade com Normas Técnicas**

Declaração de que os artefatos de concreto fornecidos atenderão às normas técnicas vigentes da ABNT aplicáveis ao produto, especialmente aquelas relacionadas à fabricação, resistência, dimensões e controle tecnológico dos artefatos pré-moldados.



TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

As Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, ainda que contenha alguma restrição, observando-se o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores.

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO

1. Os documentos deverão estar válidos na data da abertura da sessão pública.
2. A documentação poderá ser apresentada em original digital, cópia autenticada digitalmente ou documento emitido eletronicamente por órgão competente.
3. A Administração poderá realizar diligências para confirmação da autenticidade dos documentos apresentados.
4. A apresentação de declaração falsa sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
5. A documentação de habilitação somente será exigida do licitante provisoriamente vencedor, na forma do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, salvo disposição diversa expressamente prevista no edital.

Base legal: arts. 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69 e 70 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 11.1. O valor estimado da contratação foi definido mediante pesquisa de preços realizada na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.2. O orçamento estimativo detalhado constará dos autos do processo administrativo.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. Considerando tratar-se de procedimento realizado pelo Sistema de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária fica dispensada na fase licitatória, nos termos do art. 17 do Decreto Federal nº 11.462/2023 e entendimento consolidado dos órgãos de controle.
- 12.2. Todavia, para fins de planejamento administrativo, as futuras despesas correrão à conta de recursos consignados no orçamento vigente, em dotações compatíveis com as seguintes classificações:

Órgão: Prefeitura Municipal de Parnaíba – PI

- Funcional Programática:	04.122.0001.2012.0000 - 08.244.0011.2056.0000 10.301.0019.2051.0000 - 10.302.0001.2052.0000 12.361.0036.2025.0000 - 12.361.0036.2072.0000 12.361.0036.2103.0000 - 12.365.0036.2032.0000
- Natureza da Despesa:	- 3.3.90.30.00 – Material de Consumo;
- Fonte de Recursos:	500/600/660

- 12.3. Quando da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, será indicada a dotação orçamentária específica.



13. JUSTIFICATIVA PARA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços encontra amparo no art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A utilização do SRP é recomendada em razão:

- I – da imprevisibilidade do consumo exato;
- II – das aquisições frequentes;
- III – da necessidade de entregas parceladas;
- IV – da otimização dos recursos públicos.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1. Fornecer os materiais conforme especificações contratadas.
- 14.2. Substituir produtos rejeitados.
- 14.3. Responsabilizar-se pelos custos de transporte e entrega.
- 14.4. Manter durante toda a execução as condições de habilitação.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1. Receber e conferir os materiais.
- 15.2. Efetuar os pagamentos devidos.
- 15.3. Fiscalizar a execução contratual.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. Aplicam-se as penalidades previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.
- 16.2. Poderão ser aplicadas:
 - a) advertência;
 - b) multa;
 - c) impedimento de licitar e contratar;
 - d) declaração de inidoneidade.

17. MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Risco	Probabilidade	Impacto	Medidas Preventivas	Plano de Contingência
Atraso na entrega	Média	Alto	Definição de prazo e penalidades	Aplicação de sanções e convocação do próximo fornecedor
Entrega de material fora das especificações	Média	Alto	Fiscalização e conferência técnica	Recusa e substituição do material
Oscilação de preços do mercado	Média	Médio	Pesquisa de preços adequada	Revisão conforme legislação
Falha logística da contratada	Média	Médio	Exigência de capacidade operacional	Aplicação de penalidades
Quantitativos insuficientes	Baixa	Médio	Planejamento prévio	Aditamento ou nova licitação



Descontinuidade do fornecedor	Baixa	Alto	Análise habilitação econômico- financeira	de	Convocação dos remanescentes
----------------------------------	-------	------	--	----	------------------------------------

18. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

18.1. Após análise da necessidade administrativa, das soluções disponíveis no mercado, da estimativa de custos e dos riscos envolvidos, conclui-se pela viabilidade da contratação pretendida.

18.2. A solução proposta atende ao interesse público, observa os princípios da eficiência, economicidade e planejamento, bem como está alinhada às disposições da Lei nº 14.133/2021.

Responsável pela Elaboração do TR

Zeno Rulka Júnior
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 001/2025

Autoridade Competente para Aprovação do TR

Nome da Autoridade: Miguel Omar Barreto Rissi
Cargo: Prefeito Municipal